

Segunda-Feira, 22 de Dezembro de 2025

Polícia Federal deflagra Operação Escambo Eleitoral e investiga compra de votos em Várzea Grande

Dois vereadores de VG são alvos da operação

Redação

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta terça-feira (11), a Operação Escambo Eleitoral, que investiga um suposto esquema de compra de votos em Várzea Grande. Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão nos gabinetes e nas residências dos vereadores Kleberson Feitoza (PSB) e Adilsinho (Republicanos).

Os mandados foram expedidos pelo Juízo das Garantias do Núcleo II do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e cumpridos por agentes da Delegacia de Defesa Institucional (Delinst) da PF. Durante as buscas, foram apreendidos celulares dos gabinetes e dos parlamentares, além de notebooks e documentos suspeitos.

Investigação começou no dia da eleição

As investigações tiveram início em outubro de 2024, no dia do pleito, quando dois indivíduos foram presos em flagrante pelo crime de captação ilícita de sufrágio (compra de votos). No decorrer da apuração, a PF identificou que dois vereadores eleitos foram beneficiados pelo esquema.

De acordo com as investigações, os suspeitos ofereciam pagamentos em dinheiro, fornecimento de água, óleo diesel e outros benefícios em troca de votos.

Câmara Municipal se manifesta

A Câmara Municipal de Várzea Grande emitiu nota afirmando que está colaborando com a Polícia Federal e esclarecendo que não houve buscas na parte administrativa ou em outros gabinetes.

Nota oficial da Câmara Municipal:

"A Câmara Municipal de Várzea Grande informa que, na manhã desta terça-feira, 11 de março de 2025, a Polícia Federal realizou uma operação de busca e apreensão nos gabinetes de vereadores eleitos em 2024, relacionada a supostas irregularidades ocorridas durante a campanha eleitoral. A operação é coordenada pela delegada da Polícia Federal, Iana Carla Silva Alves.

A Câmara Municipal se disponibilizou para auxiliar a Polícia Federal em todas as solicitações e confirma que não houve buscas na parte administrativa ou em outros gabinetes. Reiteramos o comprometimento da Câmara com a legalidade e o interesse público, colocando-nos à disposição da justiça para quaisquer esclarecimentos necessários."

A operação segue em andamento, e os vereadores investigados ainda não se manifestaram sobre as acusações.